

Representações sociais de jovens sobre família

*Maria Laura Puglisi Barbosa Franco**

*Maria Luiza Puglisi Munhoz***

*Márcia Siqueira de Andrade****

Resumo

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma investigação mais ampla cujo objetivo é analisar as representações sociais de jovens sobre a família. Foram contatados 23 jovens, residentes na cidade de São Paulo, provenientes de escola particular de alto poder aquisitivo e de uma organização não-governamental destinada a afrodescendentes. Um questionário reflexivo foi aplicado, incluindo uma atividade de associação livre. Os dados obtidos foram submetidos à análise de conteúdo. Os resultados parciais permitem concluir que, considerando as diferentes condições sociais dos grupos pesquisados, há certa homogeneidade em relação às representações sociais elaboradas sobre a família. A família, embora percebida como uma escolha não pessoal, torna-se uma estrutura fundamental que assume o caráter de responsabilidade por orientação, afeto e proteção.

Palavras-chave: Representações Sociais; Jovens; Família

* Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), professora permanente do Programa de Psicologia Educacional do Centro Universitário FIEO e Pesquisadora Associada do Centro Internacional de Estudos e Representações Sociais da Fundação Carlos Chagas - CIERS.

** Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Especialista em Famílias e Casais. Professora permanente do Programa em Psicologia Educacional do Centro Universitário FIEO, Sócia-fundadora e Vice-presidente da Associação Paulista de Terapia Familiar (APTF).

***Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), professora permanente e coordenadora do Programa de Psicologia Educacional do Centro Universitário FIEO.

Social representations of youth about family

Abstract

This article presents some results obtained from a broader investigation whose purpose is to analyze the social representations of youth on the family. We contacted 23 young people living in the city of São Paulo, of a private school with high purchasing power and a non-governmental organization aimed at African descendants. A reflective questionnaire was applied, which included an activity of free association. The data were subjected to content analysis. Partial results can be concluded that considering the different social groups surveyed, there is a certain homogeneity in relation to social representations elaborated on the family. The family, although not perceived as a personal choice, it is a fundamental structure of the character who takes responsibility for guidance, affection and protection.

Keywords: Social Representations, Youth, Family

Las representaciones sociales de los jóvenes sobre la familia

Resumen

Este artículo presenta algunos resultados de una investigación más amplia cuyo objetivo es analizar las representaciones sociales de los jóvenes en la familia. Se estableció contacto con 23 personas jóvenes que viven en la ciudad de São Paulo, de una escuela privada de alto poder adquisitivo y una organización no gubernamental dirigida a los descendientes de africanos. Un cuestionario se aplicó de reflexión, que incluye una actividad de libre asociación. Los datos fueron sometidos a análisis de contenido. Los resultados parciales se puede concluir que teniendo en cuenta los diferentes grupos sociales estudiados, existe una cierta homogeneidad en relación con las representaciones sociales elaboradas en la familia. La familia, aunque no se percibe como una opción personal, es una estructura fundamental del personaje que asume la responsabilidad de orientación, afecto y protección.

Palabras clave: Representaciones Sociales, Juventud, Familia

I. Introdução

O objeto de estudo deste trabalho recai na categoria juventude, elegendo o jovem como elemento central de investigação e apoia-se no referencial teórico das Representações Sociais. Assim sendo, a primeira indagação pertinente diz respeito à concepção de jovem, ou seja: o que é ser jovem? Melhor dizendo: de que jovem estamos falando?

No intuito de responder a essas indagações, deparamo-nos com uma dificuldade já apontada por outros pesquisadores que se dedicam à mesma área. Construir uma definição para essa categoria não é uma tarefa fácil, porque, além de poder ser considerada um período de vida, seus critérios são históricos e sociais. Uma série de autores já se debruçou sobre o tema, trazendo importantes contribuições¹. Do ponto de vista histórico, como diz Hebe Signorini Gonçalves, o interesse pela juventude desponta de tempos em tempos e pode ser entendido a partir de duas visões principais.

“Na visão clássica, [a juventude] é entendida como uma categoria social gerada por tensões inerentes à crise do sistema”. (GONÇALVEZ, 2005, p. 56). Esta visão acentua o conflito político, o engajamento do jovem nas lutas sociais e políticas, nos movimentos estudantis e a participação juvenil e coletiva em busca de um mundo melhor.

Os levantes populares, principalmente os ocorridos em meados do século passado, foram saudados como rupturas contra regimes opressivos e injustos e como pontos de partida para a construção de sociedades socialistas, em que as desigualdades seriam eliminadas. Em todos eles, os jovens tiveram papel de destaque, principalmente na Revolução Cubana (em 1959) e na dos Cravos (1974), em Portugal. No Brasil, foi expressiva a participação juvenil contra o Golpe do Regime Militar nos idos dos anos 1960 e 1970.

¹ Dentre outros, destacam-se os artigos mais recentes, que compõem os livros: *Retratos da Juventude Brasileira*, Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo (2003); *Juventude e Sociedade*, Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo (2004) e a *Revista de Sociologia da USP*, *Tempo Social*, v. 17 (2005).

Paulatinamente, porém, as promessas de mudanças re-dentoras se tornaram falsas e a desilusão com a política, mais acentuada. Essa desilusão e o enfraquecimento de movimentos populares mais consistentes provocaram significativas mudanças econômicas e sociais. Aos poucos, solidifica-se a globalização neoliberal, no bojo da qual as fronteiras nacionais deixaram, cada vez mais, de ser barreiras às trocas comerciais e aos fluxos de capitais. Acentua-se a competição, o individualismo e a necessidade de empreendimentos personalizados e, muitas vezes, solitários.

Surge, então, a segunda visão relacionada com a busca do que seria o motor propulsor dos jovens de hoje. Motor este, que, em princípio, os levaria a procurar caminhos individualistas para o alcance de situações concretas mais adequadas às suas aspirações.

No entanto, fazendo um parêntese, diríamos que atribuir a característica de individualista somente ao jovem pode ser considerada uma postura fragmentada, falsa e preconceituosa, pois na verdade é parcial. Hoje, em maior ou menor proporção, todos nós somos individualistas. Melhor dizendo: o mundo moderno é individualista. Voltemos, porém, aos jovens e à bibliografia consultada.

De acordo com a literatura divulgada, os historiadores atribuem aos jovens do século XXI uma postura individualista e personalizada, seja ela esperançosa frente ao futuro, seja pessimista.

Embora participem, em grupo, de movimentos punks e até de protestos, nota-se que tais movimentos estão circunscritos a situações contextuais, personalizadas e, muitas vezes, incentivados pela mídia. Distanciam-se, pois, de movimentos contestadores mais amplos e vinculados à decepção e desagrado frente à situação política do País e suas desastrosas consequências. De modo geral e mesmo quando inconformados, aceitam o status quo como condição imutável; valorizam, idealisticamente, a escola e encaram a possibilidade de poder obter algo somente à custa de muito esforço, coragem, inteligência ou, pelo menos, sorte (FRANCO, 2004).

Considerar o jovem como um sujeito social em transição para a vida adulta não significa descartar a indispensável necessidade de concebê-lo na categoria de ser e não apenas de vir a ser. Percebê-lo somente sob a ótica da transitoriedade de sua situação, dificulta

enxergá-lo como sujeito de direitos e como agente social com características próprias e peculiares de uma determinada faixa etária. Com isso, abandona-se a possibilidade de recuperar os elementos básicos que constituem suas identidades e, conseqüentemente, os jovens passam a ser concebidos pelo negativo, pela ausência, ou seja, não pelo sendo, mas pelo que seriam.

No entanto, como diz Marília Sposito, essa visão que se deixa pautar pela concepção de juventude como mera transição “decorre de uma compreensão da ordem social adulta como estática e rígida em oposição à pretensa instabilidade juvenil, fato que não se sustenta hoje, pois parte significativa do que denominamos condições contemporâneas da vida se inscrevem na insegurança, na turbulência e na transitoriedade” (SPOSITO, 2005 p. 129). Assim, nem mesmo a vida adulta pode ser concebida como estável homogênea e distante de incertezas. Ela também é heterogênea (cf. SPOSITO, 2005 p. 129).

Embora admitindo críticas, concordamos com alguns autores, quando dizem que optar por uma definição de juventude como fase de transição pode ser útil, não apenas para verificar como os processos de inserção social transformam-se no tempo e a partir de condições contextuais, mas também para identificar expectativas em relação a decisões a serem tomadas e escolhas a serem privilegiadas.

No mesmo compasso das posturas que atribuem à juventude um caráter de transitoriedade, deparamo-nos com as concepções marcadas pela ambigüidade. Por um lado, mesmo quando considerados individualistas, os jovens são também vistos, em muitos casos, como agentes propulsores de mudança, como indivíduos ativos, emergentes, desprovidos de preconceitos, comunicativos, amistosos, generosos e confiáveis. Mas, por outro lado, são vistos pela ótica negativa dos problemas sociais, seja como protagonistas de uma crise de valores e de um conflito de gerações, seja como portadores de defeitos.

Sob este aspecto, é importante ressaltar que os jovens, quando enfocados como “problema social”, ora como aqueles de quem a sociedade tem que se proteger, ora a quem ela deve acolher, “não entram na agenda das políticas públicas. No Brasil,

as demandas por políticas públicas de juventude permanecem como estados de coisas, precariamente resolvidos no âmbito de políticas destinadas a um público mais amplo – com o qual os jovens têm que competir pelo espaço de entendimento – sem chegar a se apresentar especificamente como problemas políticos” (RUA, 1998, p. 3). Enfim, qualquer que seja a definição de jovem encontrada, ela é sempre arbitrária.

Tal fato, no entanto, não tem sido considerado motivo suficiente para desestimular os competentes pesquisadores que se debruçam sobre o tema: juventude. Ao contrário, a literatura é vasta e a produção relevante para a compreensão da temática. E o encaminhamento com vistas à realização de pesquisas que enfoquem as representações sociais de jovens sobre família, tem se tornado uma tônica nas propostas para o aprofundamento dos conhecimentos na área. Isto porque a família se constitui uma categoria importante no desenvolvimento integral não apenas do jovem, como também das crianças, adolescentes e adultos, desempenhando o papel de mediadora entre o indivíduo, a cultura e o social.

Por que representações sociais?

A escolha das Representações Sociais como escopo teórico se deve ao fato de serem elas elementos simbólicos que os indivíduos expressam, mediante o uso de palavras, figuras, sons e gestos. Utilizando-se da linguagem oral ou escrita, os indivíduos explicitam conhecimentos, opiniões, sentimentos conscientes ou inconscientes, emoções, crenças, valores, pensamentos absorvidos pela mídia e gestados no bojo de diferentes situações culturais e sociais, expectativas objetivas ou subjetivas, e assim por diante. Essas mensagens, mediadas pela linguagem, são construídas socialmente e, portanto, estão necessariamente ancoradas no âmbito da situação concreta dos indivíduos que as emitem.

Numa perspectiva mais específica e que se encaminha para a discussão do significado de jovens do ponto de vista social, há que se considerar, em primeiro lugar, que eles estão em uma sociedade constituída por pessoas de diferentes faixas etárias. No que diz respeito à categoria jovem e por ocasião do Ano

Internacional da Juventude, a Assembleia Geral da ONU, sem prejuízo de outros Estados-membros, considerou como jovens as pessoas entre 15 e 24 anos (1985).

Em 2000, a CEPAL reafirma a faixa etária definida em 1985, e enfatiza que

o entorno etário escolhido é baseado em fundamentos apropriados, pois as entradas e saídas dessa fase coincidem com importantes períodos de transição no ciclo de vida. O limite inferior [15 anos] considera a idade em que já estão desenvolvidas as funções sexuais e reprodutivas, que diferenciam o adolescente da criança e repercutem na sua dinâmica física, biológica e psicológica. O limite superior [24 anos] diz respeito ao momento em que os indivíduos normalmente concluem o ciclo da educação formal, passam a fazer parte do mercado de trabalho e constituem suas próprias famílias, caracterizando assim, de forma simplificada, a transição para a fase adulta (CAMARANO, 2003).

De acordo com o censo de 2000, a complexa realidade brasileira envolve 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos de idade, apontados os principais recortes que situam os jovens do ponto de vista histórico, social e de faixa etária. Pretendemos, neste espaço, estudar algumas de suas representações sociais.

Ainda que a sua importância seja enfatizada em várias ocasiões, o estudo das representações sociais não tem sido suficientemente desenvolvido por parte dos educadores e tampouco pelos teóricos da psicologia tradicional, sob a falsa alegação de que “entre o que se diz” e “o que se faz” existe um abismo intransponível.

Quando falamos em representações sociais, partimos de outras premissas. Acreditamos que elas são elaborações mentais construídas socialmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre a atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento, seja ele objetivo ou subjetivo, por meio da relação que se dá na prática social e histórica da humanidade e que se generaliza pela linguagem.

Complementando, Alda Mazzotti diz: “Para Moscovici, sujeito e objeto do conhecimento não são funcionalmente dis-

tintos, eles formam um conjunto indissociável. Isso quer dizer que um objeto não existe por si mesmo, mas apenas em relação a um sujeito [indivíduo ou grupo]; é a relação sujeito-objeto que determina o próprio objeto” (MAZZOTTI, 2002, p. 65).

A ruptura com a clássica dicotomia entre sujeito e objeto do conhecimento, que confere consistência epistemológica à teoria das representações sociais, leva-nos a concluir que o objeto pensado e falado é, portanto, fruto da atividade humana, ou seja, uma réplica interiorizada da ação.

Nesse sentido, concordamos com Alex Leontiev, quando afirma que “as representações sociais são comportamentos em miniatura” (LEONTIEV, 2004, p. 54). Por esta razão atribuímos-lhe uma virtude preditiva, uma vez que, segundo o que um indivíduo diz, não apenas podemos inferir suas concepções de mundo, pensamentos, valores, sentimentos ou emoções, como também podemos deduzir sua orientação para a ação. Isso conduz à percepção das representações sociais como importantes indicadores que se refletem na prática cotidiana, tanto de professores quanto de alunos, sem contar com os demais profissionais envolvidos no exercício de suas competências, no âmbito da Psicologia Educacional.

Muitos são os elementos da gênese das representações sociais. Dentre os que merecem mais esclarecimentos destacam-se dois processos sociocognitivos que atuam dialéticamente na sua formação: a objetivação e a ancoragem e seus desdobramentos como o núcleo central e o sistema periférico.

A objetivação pode ser definida como a transformação de uma ideia, de um conceito, ou de uma opinião em algo concreto. Cristaliza-se a partir de um processo figurativo e social e passa a constituir o núcleo central de uma determinada representação, seguidamente evocada, concretizada e disseminada como se fosse o real daqueles que a expressam. Em geral, é o esperado, o visto como correto e socialmente aceito. Assim, o núcleo central é rígido e determina-se pela natureza do objeto, pelo sistema de valores e normas sociais que constituem o contexto ideológico do grupo. Ainda é no âmbito do núcleo central que as representações sociais cristalizam-se a partir da vinculação de ideias, de mensagens de

homogeneização reificadas, as quais são mediadas pela realização de ações concretas, em geral resistentes a mudanças.

A guiza de ilustração, mencionamos que, em pesquisa realizada por Dagmar Zibas e Noa Krawczyk em escola pública do estado do Ceará, apareceu o seguinte relato de uma diretora preocupada com o compromisso dos funcionários:

Diretora: “Os funcionários têm que trabalhar seis horas diretas”.

Funcionária: “Eu só trabalho meia hora, sei produzir em meia hora”.

Diretora: “Não, senhora, tem que ser seis horas”.

Funcionária: “Eh, dona, qual é a sua? Isso não é meu, nem seu, é público, não sei por que tanta exigência!... você se dana”.

Temos aí a objetivação, a cristalização e a homogeneização da representação do conceito de “público” no Brasil, seja na área de educação, na saúde ou outros serviços destinados à população. Cristalização e objetivação que se fazem reais e que são produzidas socialmente.

Não é desprezível considerar o fato de que essa representação social de “público”, ancorada em vários elementos do que falta ter, do que falta fazer, funciona como negação sempre presente do não reconhecimento de melhorias das condições dos serviços oferecidos à população. As práticas sociais se contaminam com essas imagens, gerando modos pouco eficazes de lidar com os problemas reais, concretamente instalados na sociedade e que se refletem nas relações familiares.

Neste sentido, e concordando com Jean Clude Abric (2003), entendemos que a teoria do núcleo central implica uma consequência metodológica essencial: estudar uma representação social é, de início e antes de qualquer coisa, buscar os constituintes de seu núcleo central. De fato, o conhecimento de um conteúdo não é suficiente; o que fornece consistência e relevância a esse conteúdo é sua organização, sua significação lógico-semântica e, principalmente, seu sentido.

O segundo processo: a ancoragem (o sistema periférico) pode ser considerada o elemento primordial no estudo das representações. A ancoragem se constitui na parte operacional

do núcleo central e em sua concretização, mediante apropriação individual e personalizada por parte de diferentes pessoas constituintes de grupos sociais diferenciados.

A ancoragem consiste na transposição de um objeto preexistente para a construção cognitiva, afetiva e valorativa do sentido personalizado e individualizado a partir das vivências pessoais. Em função desta conceituação, Abric (2003) encaminha-nos para uma possível compreensão acerca da aparente contradição que parece existir entre os dois elementos estudados: o núcleo central e o sistema periférico. Ou seja, por um lado, a rigidez, a estabilidade (não “negociáveis”) e a consensualidade do núcleo central, e, por outro, a flexibilidade, as transformações e as diferenças individuais do sistema periférico.

O sistema periférico é essencial nos mecanismos de defesa que visam proteger a significação central da representação, absorvendo as informações novas, suscetíveis de pôr em questão o núcleo central. É o sistema periférico que permite a elaboração de representações relacionadas com as modulações individuais, a subjetividade, a história e as experiências pessoais do sujeito.

Trata-se, pois, como já dissemos, de um componente indispensável a ser analisado e levado em conta no encaminhamento de práticas educacionais e psicológicas pertinentes, adequadas e qualificadas.

Por que família?

É de conhecimento que a cultura, os relacionamentos sociais, a mídia e outros inúmeros fatores decorrentes das experiências vividas que constituem um ambiente de crenças e mitos constroem e esculpem a história familiar. A família é, portanto, uma instituição que filtra as informações gestadas no tecido social, selecionando-as e traduzindo-as com base nos significados coerentes com suas regras, princípios e valores.

Cada membro da realidade familiar vai se tornando, desde o nascimento, um representante deste núcleo, dependendo de como foi esperado, do nome que recebeu e tantas outras experiências significativas que foram coconstruídas em seu crescimento e evolução. Neste contexto, torna-se um coator da peça que

juntos representam como testemunhas presentes fisicamente ou na memória, tendo como meta a manutenção da coesão e do sentido de permanência desta instituição.

Em virtude de considerarmos a instituição familiar o primeiro nicho social que acolhe o indivíduo, procuraremos focalizar as representações sociais que os jovens revelam a partir da percepção e da imagem que constroem sobre a própria família, expressando o significado cultural e o sentido que atribuem às experiências que vivenciaram em seus meios familiares.

II. A pesquisa

Os dados a serem apresentados e discutidos neste trabalho fazem parte de uma pesquisa mais ampla, para a qual foram contatados 63 jovens de diferentes contextos socioeconômicos, residentes na cidade de São Paulo, sendo 20 alunos provenientes de um curso profissionalizante noturno; 12 vinculados a atividades oferecidas por uma organização não-governamental; 11 provenientes de uma escola particular destinada a jovens de alto poder aquisitivo e 20 alunas de um curso de Pedagogia de uma universidade particular da cidade de São Paulo.

Neste artigo, trabalharemos com as informações obtidas junto a 26 jovens de ambos os sexos, com idade entre 15 e 24 anos, residentes na cidade de São Paulo: 11 provenientes de escola particular destinada a jovens de alto poder aquisitivo e 12 de uma organização não-governamental, a EDUCAFRO, que se destina a afrodescendentes.

Características das instituições pesquisadas

A escola particular, na sua prática pedagógica, busca, por meio do trabalho em diferentes níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, atingir uma educação libertadora, propiciando à pessoa a consciência de que é agente da história, capaz de compreender a realidade, com senso crítico e democrático. Localiza-se num bairro de classe média e média alta da cidade de São Paulo, absorvendo alunos provenientes de famílias de alto poder aquisitivo. A EDUCAFRO – Educação e Cidadania de Carentes e de Afrodescendente – é uma rede de

cursinhos pré-vestibulares comunitários, que visa converter as estruturas institucionais que secularmente oprimiram o povo pobre e negro, de modo que se tornem a serviço dos excluídos.

Justifica-se o interesse em investigar duas populações provenientes de camadas socioeconômicas diferenciadas, para possibilitar comparações entre as representações sociais expressas.

Método

No que diz respeito à modalidade escolhida para o desenvolvimento da presente investigação, trabalhamos com o que denominamos “Estudo de Caso”. Essa prevalência metodológica está inserida em uma concepção crítica da realidade, na qual se levam em conta os elementos processuais, as próprias situações privilegiadas e a possibilidade de transformação dessas situações. É nesse contexto que se procura discutir a função social da pesquisa e o compromisso do pesquisador.

Do ponto de vista epistemológico, observa-se uma ruptura com os postulados teóricos da matriz positivista e tecnicista, na qual a avaliação de pesquisa se deixa pautar pelos critérios de representatividade probabilística da amostra e dos dados, pela pseudo “objetividade” e pretensa “neutralidade” do pesquisador.

No estudo de caso, o pesquisador não parte de esquemas rígidos e concebidos unicamente a priori. Embora inicie seu trabalho baseando-se em indispensáveis pressupostos teóricos (já incorporados), durante a realização da pesquisa, deve estar atento para aproveitar e aprofundar as novas categorias que, com certeza, vão emergir a partir da interação concreta que se estabelece entre o investigador e o objeto investigado. (FRANCO, 2007).

Objetivo

Identificar, interpretar e analisar as representações sociais que jovens, provenientes de grupos sociais diferenciados, elaboram sobre Família.

Instrumentos

Foi aplicado um questionário reflexivo, composto de questões para caracterização sociodemográfica e questões opinativas.

No questionário, foi incluída uma atividade de Associação Livre. Para sua realização, solicitamos aos participantes que associassem três palavras, umas às outras, bem livremente, incluindo a palavra família.

Procedimentos

Inicialmente, os participantes foram contatados pela pesquisadora, que lhes informou os objetivos da pesquisa, deixando-os a vontade para participar. Foi solicitado que respondessem ao questionário da forma mais sincera e completa possível, uma vez que não existiam respostas certas ou erradas. Foi garantido o anonimato.

Os aplicadores foram orientados para registrar as atitudes dos participantes, observadas durante e após a aplicação do questionário. Os registros foram considerados na análise dos dados.

III. Os resultados

Caracterização dos participantes:

Escola Particular: Total de Participantes = 11

SEXO	No.	%
Feminino	8	73%
Masculino	3	27%

IDADE	No.	%
De 16-18 anos	9	82%
De 19-21	2	18%

ESTADO CIVIL	No.	%
Solteiro	11	100%
Casado	0	0%

COM QUEM MORA	No.	%
Com os pais ou familiares	11	100%
Sozinhos /outros	0	0%

FILHOS	No.	%
Não tem	11	100%
1 filho ou mais	0	0%

PARTICIPA DA VIDA ECONÔMICA DA FAMÍLIA	No.	%
Responsável pelo próprio sustento	1	9%
Família sustenta seus gastos	10	91%

TRABALHA	No.	%
Sim	2	18%
Não	9	82%

O QUE FAZ: Vendedora; tradutor de inglês

EDUCAFRO: Total de Participantes =12

SEXO	No.	%
Feminino	8	66,6%
Masculino	4	33,3%

IDADE	No.	%
De 16-18 anos	3	25%
De 19-21 anos	6	50%
De 21-28 anos	2	16,6%
NR	1	8,3%

ESTADO CIVIL	No.	%
Casado	3	25%
Solteiro	9	75%

ONDE MORA	No.	%
Com os pais ou familiares	6	50%
Esposa e filho	2	16,6%
Esposo	2	16,6%
Sozinha	2	16,6%

FILHOS	No.	%
Não tem	9	83,3%
1 filho	1	8,3%
2 filhos	1	8,3%

PARTICIPA DA VIDA ECONÔMICA DA FAMÍLIA	No.	%
Responsável pelo próprio sustento	1	8,3%
Família sustenta seus gastos	3	25,0%
Família sustenta parte dos gastos	5	41,7%
Contribui para o sustento da família	3	25,0%

TRABALHA	No.	%
Sim	9	75%
Não	3	25%

O QUE FAZ: Pedreiro; Serviços Gerais; Vendas; Atendente rede pública; Recepcionista; Empregada Doméstica.

Representações sociais dos participantes

A partir do conteúdo das palavras expressas pelo grupo de participantes da escola particular e da EDUAFRO, podemos criar as seguintes categorias:

1) Expressões indicativas de aspectos externos e institucionalizados

Em 9,37% das palavras expressas pelos participantes da escola particular, não há qualificação à família, somente denominam os componentes da constelação familiar do ponto de vista genético, indicando os elementos constitutivos legais, como: pai, mãe e filhos. Em contrapartida, no que foi expresso pelos participantes da EDUAFRO, nenhuma resposta apresenta esse tipo de denominação.

2) Expressões que se referem às condições favoráveis de vida

Em ambos os grupos de participantes, as palavras expressas indicam a família como uma instituição esperada e desejada. Referem-se às representações sobre família objetivadas no meio social e historicamente construídas.

Apesar de os participantes serem oriundos de realidade sociais diferentes, percebem a família como uma instituição, da qual se espera amor, união, proximidade, relações, amor, fraternidade,

amizade. São informações obtidas em 46,87% das expressões manifestas pelos participantes da escola particular e 43,75% das palavras expressas pelos participantes da EDUCAFRO.

Essa aproximação das representações manifestas pode estar associada às mensagens transmitidas e veiculadas pela mídia, pelos meios de comunicação e pelos ensinamentos religiosos judaico/cristãos. São modelos que valorizam a presença e o amor entre os pais, dedicação aos filhos e ligação com parentes próximos.

3) Expressões indicativas de comportamentos esperados pelos membros da família

Os participantes desta investigação, oriundos tanto da escola particular quanto da EDUCAFRO, apesar de apresentarem diferentes níveis porcentuais e expectativas diversas, indicam que a representação de família está associada à expectativa de comportamentos específicos de seus membros. Enquanto 37,50% das expressões manifestas pelos participantes da escola particular referem-se a: companheirismo, carinho, confiança, amparo e apoio. Para os participantes da EDUCAFRO, a cobrança de comportamentos esperados é de 48,50% e se refere a respeito, responsabilidade, incentivo, cooperação e aprendizagem. Isso se explica por que os jovens da EDUCAFRO expressam uma necessidade que o próprio meio lhes exige como condutas que devem ser desenvolvidas, para se tornarem adequados e aceitos em suas relações sociais, profissionais, familiares e educacionais.

4) Expressões que indicam contradições entre os grupos participantes

Vale assinalar as diferenças encontradas nas expressões manifestas entre os dois grupos de participantes da investigação. Enquanto as expressões manifestas pelos participantes da EDUCAFRO encontram-se dentro do esperado como representação de família, quando se referem à família como: é tudo, é chão, no grupo dos jovens participantes da escola particular notamos expressões como: é prisão, é difícil.

Dizer que as representações sociais sobre família são historicamente construídas não significa apenas compreender que

elas se modificam de tempos em tempos, significa entender que elas também se diferenciam a partir dos diferentes grupos sociais que lhes dão suporte.

No entanto, é preciso considerar que as respostas indicativas de mudanças estão circunscritas a participações individuais. Sabemos que toda mudança, sem dúvida, pressupõe participação pessoal, porém não basta a somatória de indivíduos para que as mudanças ocorram, uma vez que elas dependem de condições sociais mais abrangentes.

IV. Considerações finais

Tais representações são absorvidas, elaboradas e reelaboradas pelos indivíduos constituindo-se em elementos simbólicos personificados, a partir de um conjunto interativo de pensamentos, vivências, sentimentos e emoções. Isto se torna particularmente evidente quando se estuda a família como instituição, ou quando é representada a partir de certos comportamentos ou atitudes esperadas por parte de seus membros. Permite-nos observar que os comportamentos esperados dos membros familiares, assim como as representações associadas à família como instituição, estão, basicamente, apoiados em preceitos morais e religiosos.

Partindo de tais considerações, os achados desta investigação nos permitem interpretar que a sociedade ainda se ancora nos valores conservadores herdados, que sustentam os princípios familiares na orientação de suas regras e valores para se fortalecerem no enfrentamento às grandes e rápidas mudanças sociais, com significativas repercussões nos novos modelos de uniões, concretizadas em variados arranjos conjugais e familiares que acontecem na atualidade.

A questão fundamental reside em buscar compreender por que razões se evidenciam modelos de família nos quais prevalece a cooperação, a reciprocidade, a solidariedade entre gêneros e entre as gerações, e por que em outros momentos emergem modelos nos quais prevalece a disputa, a competição, a negociação em clima de conflito, ou a indiferença e a estranheza. Seria um tema que poderia ser explorado em futuras investigações.

Essas e outras considerações devem ser seguidamente desenvolvidas discutidas com profissionais da área e com jovens, independentemente das condições familiares e socioeconômicas das quais são oriundos.

Referências bibliográficas

ABRIC, J.C. **Methodes détude des Representations sociales**. Ramonville Saint Agne: Érès, 2003, p. 60-61.

CAMARO, A.A. et al. Transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios? In **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, n. 21, Rio de Janeiro: Ipea, 2003.

CEPAL. **Comisión Económica para América latina**, 2000.

FRANCO, M. L. P. B. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 121, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2004.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Brasília: Líber Editora, 2007.

GONÇALVES, H. M. Juventude Brasileira, entre a tradição e a modernidade. In: **Revista de Sociologia da USP, Tempo Social**, v. 17, n. 2, São Paulo: USP, 2005

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MAZZOTTI, A. J. A. A abordagem estrutural das representações sociais. In: **Psicologia da Educação**. São Paulo: PUC/SP, n. 14/15, p.17-37, 2002.

RUA, M das G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPQ, 1998.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma Pesquisa Nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005.

Submetido em: 8/2/2012

Aceito em: 14/6/2012